

Considerações Sobre o Princípio da Não-Contradição na Perspectiva Aristotélica: Linguagem, Ontologia e Lógica.

Considerations About the Principle of Non-Contradiction in Aristotelian Perspective: Language, Ontology and Logic.

*Rodolfo Denk Neto*¹ (UFSC)

Uma imagem nos mantinha presos. E não pudemos dela sair, pois residia em nossa linguagem, que parecia repeti-la para nós inexoravelmente.

Ludwig Wittgenstein [I.F § 115]

Resumo: O presente artigo tem o intuito de analisar o princípio da não-contradição através de diversas perspectivas filosóficas, sendo que privilegiaremos os vieses ontológico, lógico e linguístico. A partir disso, procuramos mostrar que o princípio da não-contradição em sua forma clássica é fundamental para construirmos uma linguagem coerente e coesa. Tal princípio torna-se o fundamento da racionalidade filosófico-discursiva tradicional.

Palavras-chave: Linguagem; Ser; Lógica; Contradição.

Abstract: This essay aims to analyze the principle of non-contradiction through different philosophical perspectives, being the privileged ones ontological, logical and linguistic. From this, we try to show that the principle of non-contradiction in its classic form is paramount to build a coherent and cohesive language and this principle becomes the foundation of traditional philosophical and discursive rationality.

Keywords: Language; Being; Logic; Contradiction.

1. Relações entre o ontológico e o lógico

Metafísica ou ontologia neste ensaio serão concebidas como sinônimas, apesar de alguns autores pensarem ser melhor separar e diferenciar esses dois termos. Sendo assim, será mantida a escolha pelo uso indiferenciado, reflexivo dos termos, que leva, conseqüentemente, a não concebermos uma diferença essencial entre ambos. Vamos entender, nesse estudo, a ontologia como o estudo do ser. Assim, quando utilizarmos ontologia, esses mesmos

¹ Doutorando em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. CAPES. E-mail: netodenk@gmail.com

devem ser entendidos como se referindo à clássica definição de Aristóteles, ou seja, ao estudo do ser enquanto ser, ou do ente enquanto ente.² Fica claro, assim, desde o início, que este campo de estudo ontológico busca compreender as bases fundamentais da realidade, do ser em geral e não de um ser específico.

Assim, quando refletimos sobre a questão da contradição ou do chamado princípio da não-contradição, que é um dos princípios basilares da metafísica aristotélica – senão o principal deles – inevitavelmente, nós entramos num intrincado problema ontológico, tanto de natureza filosófica como lógico. Facilmente podemos cometer alguma ambiguidade conceitual ou extrapolar a força do princípio, levando-o a afirmar coisas que, de início, não parece estar apto a corroborar ontologicamente ou logicamente. Um exemplo disso pode ser o caso de contradições na realidade, sendo que quem propugna esse modo de pensamento geralmente está ligado aos esquemas conceituais da filosofia hegeliana-marxista – mas esse é um outro assunto e deixaremos isso de lado.

Portanto, é interessante fazer uma divisão de como podemos compreender o princípio da não-contradição. Assim, faz-se necessário investigar a relação e o alcance teórico deste princípio, desde quando o concebemos em sua apresentação na forma de uma sintaxe, até quando o estudamos na sua apresentação na forma semântica. Seguindo a formulação apresentada por Chateaubriand e, do modo como ele concebe a sintaxe e a semântica, vamos analisar como podemos entender o princípio da não-contradição dentro de cada um desses dois modos de interpretação. Mas para não deixar dúvidas, é importante clarificar o que se entende por sintaxe ou sintática e semântica.³ Assim:

A sintaxe inclui tudo o que pode ser tratado como uma combinatória de símbolos, *sem considerar*

² Na tradição filosófica pós-heideggeriana, o termo “Ser” e “Ente” foram diferenciados e tomaram nova significação. Aqui, porém, devem ser tomados na acepção clássica proveniente de Aristóteles e entendidos também como sinônimos, Ser = ente. Apesar de acreditar que “ser” é melhor do que “ente”, pois o ente, habitualmente se entende como sendo proveniente das coisas materiais, físicas de nossa relação com o mundo; e “ser” como algo mais etéreo e metafísico. Como exemplo deste fato: nunca perguntaríamos pelo ente do número um.

³ Sintaxe e sintática serão usadas aqui de forma intercambiável.

quaisquer conteúdos que esses símbolos possam ter, i.e [sic], sem considerar o que os símbolos simbolizam. A formulação da linguagem, (a gramática) é um aspecto central da sintaxe, mas esta não se restringe à gramática. Também a prova é tratada sintaticamente como constituída de operações (i.e., regras de inferência) realizadas sobre sequências de símbolos de certas categorias como fórmulas e sentenças. (CHATEUABRIAND, 2007, p.135).

Agora, em relação à semântica, podemos compreendê-la da seguinte maneira:

A semântica de uma linguagem lógica é baseada na noção de interpretação (ou de estrutura). Esta é uma noção que pertence principalmente à teoria de conjuntos e que envolve um universo de discurso – um conjunto não vazio – e uma função de denotação que atribui a vários símbolos denotação relativas ao universo de discurso. Pode-se, assim, introduzir as noções de satisfação e verdade relativas a uma interpretação. (CHATEUABRIAND, 2007, p.136).

Para não causar nenhum mal entendido, sabemos que a lógica se processa justamente como a combinação destas duas formas – sintaxe e semântica – para daí então construir uma teoria lógica razoável, segundo acredita Chateaubriand. Apesar de que nem todos os autores concordem com essa interpretação. Pois, existem autores que defendem apenas uma dessas duas concepções exclusivamente, repudiando o outro modo de construção teórica.

Desse modo, o princípio da não-contradição pode ser analisado por uma destas duas perspectivas ou conjuntamente, – sintática e/ou semântica –, logo, tanto individualmente como conjuntamente, derivando diferentes resultados desta interpretação.⁴

⁴ Cf. COSTA, Newton Carneiro Afonso da. **Ensaio sobre os fundamentos da lógica**. 2.ed. São Paulo: ed. Hucitec, 1994. (p.23ss.) Da Costa escreve: “Para alguns, a parte sintática é suficiente para explicar e justificar a natureza das ciências lógico-matemáticas, como é o caso, por exemplo, de alguns formalistas, em especial de Curry e da escola de Bourbaki”. (COSTA, 1994, p.27). Os Bourbaki são mais radicais, pois afirmam que não precisamos de nada mais do que a sintática para provar e construir a matemática. Mas aqui, não queremos entrar na querela de saber qual é o mais importante, se a sintática ou a semântica tem uma sobre a outra alguma sobreposição, pois acredito que isso não ajudaria

Apesar de termos bons argumentos em prol de cada uma dessas perspectivas isoladamente, tanto do lado sintático como do lado semântico, como, por exemplo, o conhecido projeto de Hilbert, colocado do lado da análise sintática, como de outro lado, o caso de Wittgenstein e Tarski, que defendendo uma perspectiva linguística semântica, não nos posicionaremos em nenhuma dessas perspectivas em especial. Por hora, posicionar-nos-emos numa perspectiva diferente.

Neste caso, optaremos pela análise ontológica do princípio da não-contradição, que, além das duas formas indicadas acima (sintaxe e semântica), utiliza-se, ainda, de uma forma pragmática, associando-se assim a uma terceira perspectiva teórica. Sendo assim, por pragmática, devemos neste ensaio entender: i) os resultados práticos que certa interpretação nos pode fornecer num dado contexto; ii) a simplicidade e alcance da explicação; e iii) utilidade teórica da nova interpretação. Assim a escolha por certo tipo de compreensão depende do contexto e do tema estudado e não apenas da razão, modificando, dessa forma, o resultado e o alcance da investigação.⁵ Por isso, a perspectiva pragmática se mostra interessante neste ensaio, pois pretende aplicar seus resultados de uma forma prática. Para reforçar isso, acompanhamos também as ideias oferecidas por Morris, que distingue de uma forma conveniente para nosso estudo. Para Morris:

Tornou-se patrimônio comum distinguir dentro da semiótica três subdisciplinas: a *semântica*, a *sintaxe* e a *pragmática*. A semântica ocupa-se com todos os problemas referentes à significação dos sinais; a sintaxe considera apenas as combinações e as transformações das combinações de sinais, abstraindo das suas significações; a pragmática estuda a origem,

em nada o que neste ensaio buscamos investigar. Seria ingenuidade de nossa parte crer que podemos construir uma teoria sem uma linguagem: “Praticamente, não há atividade lógico-racional sem o veículo linguístico. Raciocínios muito simples, como, por exemplo, algumas inferências imediatas, aparentemente podem ser feitos sem se recorrer, de modo sistemático, ao aparato da linguagem. Porém, os resultados acabados e finais da razão materializam-se, como já vimos, em contextos linguísticos. Assim sendo, as leis lógicas terminam por ser caracterizadas por meio da linguagem”. (COSTA, 1994, p.23).

⁵ Cf. DA COSTA, 1994, Op. Cit. (p.41-48). § 7. Os princípios pragmáticos da razão.

Agora, se voltarmos a nossa atenção à teoria semântica vista acima, mas apenas como uma curiosidade histórica, podemos perceber o peso teórico que Tarski teve nas últimas décadas com sua teoria da verdade como interpretação dentro de uma estrutura. Interessante observar que, na perspectiva tarskiana, a noção de significado é substituída pelas noções de *verdade* e *satisfação* dentro de uma *estrutura*, o que acaba por substituir o simbolismo “sem significado” propugnado pelos autores da sintática lógica. Cabe observar que a noção tarskiana de verdade como estrutura, dentro da concepção semântica, obteve grandes resultados, ao contrário do que aconteceu com a sintática, que está relegada a alguns poucos estudiosos que crêem ser ainda a melhor opção para o estudo das ciências formais.

Contudo, neste ensaio, vamos seguir e defender a tese de que “[...] o caráter fundamental da lógica é metafísico, e não linguístico.” (CHAUTEABRIAND, 2007, p.139)⁶ Esta hipótese nos ajudará ainda mais a reforçar o princípio da não-contradição dentro do panorama que procuramos expor, pois, tendo isso como ponto fixo, isso poderá nos auxiliar a mostrar a grande força pragmática que o princípio da não-contradição possui. Todavia, isso contraria a visão predominante dentre os que estudam a lógica. Nesse caso, afastar-nos-emos de Tarski e das visões da sintaxe lógica no sentido forte e estrito da lógica. E isso ocorre porque a ontologia pode nos dar uma teoria sobre as características mais gerais e universais da realidade, sendo que, o princípio da não-contradição apresenta-se como um dos elementos fundadores e mantenedores da ordem do mundo e do discurso, sendo que, sem este princípio, metafisicamente elementar, ficaríamos numa confusão linguística e simbólica geral, na qual não seria mais viável e nem exequível a fala humana e muito menos qualquer tipo de entendimento.

2. A linguagem como campo privilegiado do ser

Não faltam afirmações como “o ser se mostra e se diz

⁶ Parece ser bem razoável esta tese de Chateaubriand e vamos tê-la sempre como implícita no restante deste artigo.

somente na linguagem” ou “o ser é linguagem”. Esses são bons exemplos de como prezamos a linguagem e de como habitualmente a sobrecarregamos com uma força excessiva, pois, de fato, queremos usá-la para fundamentar a ontologia e, conseqüentemente, toda a realidade. Mas será essa realmente a solução? Pensamos ser uma boa estratégia colocar o problema de como podemos conhecer as coisas e a realidade pela via de nossa linguagem – pois, aparentemente, não há outro meio de se fazer isso – e que neste caso do qual estamos descrevendo é o objeto e o sujeito de nossa investigação.

Por enquanto, usaremos a “linguagem ordinária” como a nossa ferramenta e objeto de estudo. A própria lógica aristotélica é uma lógica da linguagem ordinária, pois não possui uma forma sintática, ela se dá inteiramente através da linguagem comum. É sempre por *uma* linguagem que nós nos entendemos e pensamos. Mas não necessariamente e nem comumente usamos uma linguagem formalizada, como é o caso da lógica, que é estanque, fechada, bem comportada, que é organizada e feita por regras de formação e significados objetivos – de forma sintática – que operamos normalmente. A vida da “linguagem ordinária” é bem mais complexa e ambígua do que a padronização simbólica efetuada pelas linguagens formais.

Pode parecer trivial tal conclusão, mas facilmente nos esquecemos de que, quanto mais específica e fechada torna-se uma linguagem, ou seja, quanto mais inequívoca se torna, mais a comunicação fica intrincada, dura, porém com menos chances de gerar mal-entendidos e ambigüidades. Mas o processo de aprendizagem de uma linguagem formalizada leva tempo, pois precisamos primeiro passar pelo treinamento e alfabetização acadêmica e científica dessa nova linguagem, pois para controlar uma língua formalizada que não contenha muitas ambigüidades se gasta muita energia mental. No entanto, desacordos sempre surgem e vão aparecer, porque seus usuários/falantes tendem a incrementar e modificar a linguagem ordinária. Mas o objetivo é sempre controlar e criar uma linguagem padrão sem ambigüidades ou com a menor incidência disso, o que hoje sabemos ser impossível. Mas isso é uma daquelas coisas que sempre sonhamos em alcançar. Schopenhauer já nos advertia quanto a esse tipo de problema:

Nossos antepassados não fizeram as palavras sem lhes atribuir um sentido determinado, e assim elas ficaram esperando possíveis filósofos chegarem séculos mais tarde e lhes determinar naquilo que deveriam ser pensadas, ao contrário, indicaram por elas conceitos bem determinados. As palavras, portanto, não mais estão sem dono. Sujeitá-las a um sentido totalmente diferente do que foi tido até agora significa abuso, concessão de uma licença para cada um poder usá-la no sentido que lhe aprouver, com o que, daí, resulta inevitavelmente uma confusão sem fim. (SCHOPENHAUER, 2005, p.646).

Schopenhauer quer criticar o modo como tomamos certos conceitos e o sujeitamos a significar aquilo que nós queremos que ele signifique, submetendo-o ao que queremos para corroborar nossa teoria. E isso não deixa de ser um apelo a estratégias *ad hoc*, denunciadas pelos epistemólogos, para fortalecer teorias que andam em dificuldades. Não se deve modificar as velhas palavras por sentidos novos que possamos querer introduzir. Talvez o melhor a se fazer é criar novas palavras ou usar as velhas mas sem modificá-las do seu sentido original. O que geralmente se faz, e é louvável que se faça, é restringir *uma* linguagem, colocando-a em um novo ambiente, restrito e de uso específico, para daí então se atingir alguma finalidade pretendida. Caso não procedamos assim, ficamos num lugar do qual não há regras nem instruções de como e para que se jogar o jogo da nova linguagem. Ou como muito bem nos mostra Quine, devemos sempre ter em mente uma representação compartilhada intersubjetivamente da linguagem e da teoria que temos em vista para explicar certo objeto. Caso contrário, nunca nos compreenderíamos e nem chegaríamos a um mínimo satisfatório de entendimento.

Fazendo isso, regulamentando e criando regras de formação, podemos derivar vários tipos de relações: regras de formação, consequência lógica, equivalências lógicas e consistências, demonstração, entre outros, para a partir daí, com esse instrumental lógico-teórico, possibilitar o advento da própria linguagem ordinária, bem como das disciplinas matemáticas, físicas e as filosofias que procedem e procuram fazer certos esquemas teóricos para que, a partir disso, seja possível explicar fatos, fenômenos ou criar novas perspectivas filosóficas sobre um mesmo objeto. Apesar

de que somente a física pode explicar fatos e fenômenos, pois a matemática fica em suas abstrações e construções de teorias abstratas, enquanto a filosofia busca, de modo normativo, especulando sobre a realidade.

Mas tudo isso, ou seja, a possibilidade de construir teorias, explicar fenômenos, etc. somente é possível devido ao fato de não ferirmos certos axiomas. Esses axiomas estruturam a nossa relação e o modo como construímos e representamos o mundo. Sem o princípio da não-contradição, do terceiro excluído e da identidade, apresentados primeiramente e sistematicamente por Aristóteles, o mundo viraria um caos. Sem esses princípios fundamentais do pensamento e, quiçá, da realidade, ficaria complicado traçar qualquer discurso coerente caso não se observem esses princípios. Tais princípios se apresentam como leis do raciocínio, podemos até dizer leis da realidade. Classicamente se denomina essa tríade de leis do pensamento; exposta por Aristóteles em sua *Metafísica*.

Aristóteles nos adverte que a ciência que estuda tais fundamentos, ou seja, as primeiras e mais importantes coisas do mundo, fica somente a cargo do Filósofo: (1005a19) “Ora, é evidente que a investigação sobre eles compete a uma única ciência: à do filósofo; pois eles atribuem-se a todos os entes, e não peculiarmente a um gênero, à parte dos outros.” (ARISTÓTELES, 2007, p.17)⁷ Comumente se acredita que não tendo estes princípios reguladores, não haveria como se pronunciar discursos coerentes. Mas, então, fica a pergunta: são indispensáveis tais princípios? Caso se viole algum, o discurso perde realmente seu sentido e a realidade se torna uma ficção? Jan Lukasiewicz tem teses fortes contra essas ideias ou princípios. Para Lukasiewicz “[...] a “lógica filosófica” de Aristóteles, [...] nada mais é do que pura fraseologia. [...] De fato, a lógica filosófica não tem inclinação para distinções conceituais mais refinadas porque ela não trabalha com conceitos precisamente delimitados e símbolos determinados inequivocamente, atolando-se no pântano das oscilantes e vagas expressões do dia-a-dia” (LUKASIEWICZ, 2005, p.8)

Mas podemos nos posicionar contrariamente à hipótese de

⁷ Cf. ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro IV e VI (GAMMA). Campinas: IFCH/Unicamp, 2007. ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1998. Usaremos as duas traduções.

que a “lógica filosófica” é imprecisa. Tudo se passa como se, primeiro tivéssemos que ter uma semântica, para daí, então, formarmos uma sintática. Lukasiewicz pareceria discordar desse fato, como todos os realistas matemáticos. Surge então uma questão que podemos genuinamente formular nesse ponto: é possível fazer uma construção sintática respeitando a sucessão temporal, na qual a regra da causalidade não fosse quebrada, em que a sintática viria antes da semântica? Se a tese do analítico *a priori* funciona, a resposta é sim, se não, a resposta é não. Outras perspectivas teóricas poderiam dizer que sim e não, contraditório. Porém, esse é um tema espinhoso e não podemos nos deter nele agora, mas apenas como forma de ilustrar isso é possível afirmar que, neste caso, o princípio da não-contradição tem que valer, caso contrário, tudo se tornaria verdadeiro e falso.

A ideia central é delimitar o escopo de alcance de certos enunciados e impedir que a sofística intrometa-se e queira resolver os problemas filosóficos. Pois a sofística quer plantar a confusão terminológica, provocando, assim, eventualmente, a caótica glossolalia e a disputa pela vitória na discussão sem ter os verdadeiros motivos para decidir a questão. O argumento da não-contradição, pode ser visto como um modo de combater a empresa sofística de se proliferar. Contra a sofística, que se prolifera justamente no âmbito do discurso da linguagem ordinária e somente nela consegue sobreviver, temos a matemática como contraexemplo. Essa ciência atingiu uma maturidade, ou melhor, chegou a sua maioridade no controle de seu vocabulário. Porém, deve-se ter claro que a lógica fica em um ambiente puramente formal. No entanto, pode e deve a filosofia buscar esse “ideal de padronização terminológica” na aplicação da sua linguagem? Parece-nos que a tese da complementaridade fornecida por Brouwer, é a mais acertada para o caso específico da filosofia, e também, poderíamos estendê-la às próprias ciências naturais, como a física, química, biologia. A ideia é a seguinte:

A conceituação das noções semânticas e ontológicas como complementares supõe a sua interdependência, mas mantém a autonomia de ambos os domínios, de tal modo que desaparece a possibilidade de precedência de um sobre o outro. Significatividade e entidade, dizibilidade e objetividade, as temos

A partir dessa proposta, não se quer mais tentar dar uma solução absoluta e definitiva ao problema das diferentes formas de se abordar certo tema ou de como resolvê-lo – o que seria bem ingênuo – mas, de notarmos que existem similitudes e que, dessa forma, dilemas que antes nos surgiam, podem, a partir de agora, ser vistos como ilusões, a serem dirimidos por uma postura mais coerente e aberta a novas possibilidades de diálogos e complementariedades teóricas. Saímos assim, do mero jogo do cara ou coroa, na espera de uma escolha ao acaso. Com a concomitância e complementaridade se desfaz o castelo de cartas feito pela precedência da sintaxe sobre a semântica ou vice-versa, pois a mediania parece ser mais coerente em um mundo pluralista, tanto teórico, quanto prático.

2.1. Linguagem, ontologia e lógica

É notável como alguns filósofos argumentam e defendem a tese de que a “linguagem natural, ordinária ou comum” não precisa recorrer a um fundamento primeiro. Exemplo são os filósofos da escola de Oxford, cujo expoente maior é o “último” Wittgenstein com sua máxima: “Não se deve perguntar pelo significado; deve-se perguntar pelo uso.” (MORA, 2000, p.2186). Mas, será realmente que a linguagem não precisa recorrer a nenhum princípio primeiro? Nesse caso, pode-se dizer, que a linguagem não precisa recorrer a uma metalinguagem dela mesma, ou melhor, a uma linguagem da linguagem para fundamentar-se, pois tudo é fundamentado pela própria linguagem, até o discurso de fundamentação da linguagem é a linguagem que faz. Mas não cometeríamos a falácia da petição de princípio caso procedêssemos desse modo? Não existiria uma linguagem e uma organização lógica anteriormente necessariamente? Há realmente linguagem sem lógica? É possível a linguagem se autodeterminar autopoeticamente?

Pierre Aubenque afirma que o discurso, logo a linguagem, é sempre um discurso para um outro e nunca para si mesmo, e mesmo se for para si, ela não pode esperar encontrar a solução em si mesma: “A linguagem tem seu próprio movimento, cujo motor – ou como dizia Sócrates, «aguilhão» – é a objeção do interlocutor ou de si mesmo; mas se nos limitarmos a este movimento imanente do

discurso, nunca estaremos seguros de levar adiante a investigação «até onde seja possível», que dizer, até a coisa mesma.” (AUBENQUE, 1981, p.112). Caso se autofundasse a linguagem por si mesma, numa espécie de geração espontânea, o discurso nunca iria até a verdade, no máximo tal explicação iria apenas até o encontro de uma verossimilitude. E não tendo nenhum fundamento sólido ou um critério de verdade, facilmente se cairia numa ilusão. No entanto, o que procuramos é a verdade e não a semelhança (993a30) “A investigação da verdade é, em um sentido, difícil; mas, por outro lado, fácil. [...] Neste sentido, a investigação da verdade sem dúvida é fácil, mas o fato de alcançar o todo e não poder alcançar uma parte, mostra a sua dificuldade.” (ARISTÓTELES, 1998, p.84-85) Aristóteles usa neste ponto, a metáfora do arqueiro que acerta o alvo, mas não a meta do alvo. Acertar o alvo é fácil, o difícil é acertar o seu centro. Mas o que isso nos mostra?

Vamos fazer o seguinte experimento mental: se não existisse uma lógica subjacente, não conseguiríamos ter regras que nos fornecessem uma categorização da língua natural nem da realidade. Assim, poderíamos não saber o que e do que estamos falando, pois estaríamos sem regras a seguir e, conseqüentemente, cometeríamos erros dos mais banais, ou pior, inviabilizaríamos a própria comunicação. O fato de não termos uma lógica parece acabar por minar a estrutura da língua ou de uma possível comunicação. Não se deve proceder como se quer ou se pensa querer, no sentido de não se observar as regras, como a linguagem nos leva a crer, devemos neste ponto observar que a construção lógica nos leva a certos resultados que não podemos negar e muito menos fingir que não existem.

Se seguirmos a tese da “linguagem ordinária” de que dela brotam e nascem suas próprias ramificações, não sendo possível fazer uma linguagem da linguagem ordinária, fica a pergunta: mas qual o solo de onde brota essa linguagem? Ela se alicerça em quê? A linguagem pode e consegue fundar a si mesma sem apelo a uma outra estância ou a princípios primeiros? Esse parece ser e é o caso da lógica, pois é ela quem fornece seus próprios elementos e regras de boa formação e concordância. Mas a linguagem parece ter que recorrer à lógica inevitavelmente para se fundar e se formar como linguagem. E assim é necessário que seja, porque se assim não fosse cairíamos num eterno vir a ser. Algo tem que fundar alguma coisa e,

nesse caso, é a lógica que sustenta a linguagem. Assim, surge outra questão: seria um erro proceder na fundamentação da linguagem ordinária apelando para uma anterior? Fazendo isso, cairíamos em um regresso ao infinito? Aparentemente, neste caso, muito provavelmente e agindo dessa maneira, cometeríamos o erro mais grosseiro da epistemologia. Não conseguimos provar a linguagem por ela mesma, precisamos ir a uma estância mais profunda, e essa estância é a lógica.

Se aceitamos, então, como plausível essa concepção autofundacional da lógica, para daí então, com a lógica ser possível fundar a linguagem ordinária, não estaríamos cometendo o mesmo engano, mas agora trocando apenas de protagonista? O argumento de Aristóteles em sua *Metafísica*, livro Γ , é um contrafactual contra essa tese. Sua metafísica não faz justamente o papel de autofundamentar a linguagem com o princípio da não-contradição, procedendo sem apelar explicitamente a uma lógica? Não parece ser a própria metafísica um discurso autofundante da linguagem ordinária, sem uma lógica subjacente? Porém, não dá para abrir mão e nem deixar de notar, que temos sempre uma lógica por baixo de tudo isso. Sem a ferramenta da lógica, parece instalar-se uma sofística maluca e sem sentido. Lukasiewicz já nos alertava contra esse fato e nos advertia de que a tentativa da demonstração aristotélica tinha problemas sérios a resolver: “[...] nem mesmo o princípio da identidade é uma lei última, pois pode ser demonstrado a partir da definição de asserção verdadeira. [...] Embora Aristóteles proclame a lei da contradição como indemonstrável, esforçou-se para fornecer demonstração para essa lei.” (LUKASIEWICZ, 2005, p.8) Comete-se, então, quando queremos fundamentar demonstrativamente alguma coisa, o mesmo erro do estagirita, pois querer demonstrar um indemonstrável, como Aristóteles o fez, com suas provas elênticas e apagógicas do princípio da não-contradição, no qual se comete inevitavelmente uma contradição. O melhor a fazer nesses casos é manter o silêncio. Contudo, não nos transformaríamos justamente em plantas caso ficássemos em silêncio? Lutamos por nos transformar em homens, e não em plantas.

Temos, porém, a seguinte situação a averiguar: se a “linguagem natural” sai de chofre sem perguntar o porquê, ou de como a linguagem opera e funciona, então ela é simplesmente

apreendida e usada com suas regras imanentes, dadas automaticamente com uma lógica subjacente a si, apesar de que pode essa lógica ser inconsciente. Podemos ter como hipótese que somente mais a frente é que a lógica aparece e organiza as coisas, apesar de ela estar operando de modo implícito. Podemos usar a famosa frase de Newton da Costa: “ser é ser o valor de uma variável em uma linguagem específica com uma lógica subjacente” (COSTA, 2002, p.292). Neste caso, Newton da Costa está fazendo uma brincadeira com a famosa frase de Quine – ser é ser o valor de uma variável. Logo, não é plausível supor uma linguagem que não tenha uma lógica subjacente, toda linguagem possui alguma lógica. Mas há um caso curioso para testarmos esta tese. Um exemplo empírico disso é o fenômeno que se observa em todas as crianças ao nosso entorno, que não aprendem primeiro a gramática e todas as suas regras de formação, tempos verbais, substantivos, objetos diretos e indiretos, regras lógicas, etc., para daí então apreender a falar e a compreender o mundo que a cerca. A criança sai diretamente usando a linguagem, ou melhor, vai-se familiarizando com a linguagem que se dá e acontece ao seu redor. A lógica é o último e mais difícil dos terrenos humanos a se compreender e se utilizar coerente e corretamente. Jean Piaget se preocupou em entender como esses fenômenos se processam, e reclama que geralmente os filósofos dão pouca atenção a esses fatos, e que geralmente os lógicos e epistemólogos nunca fazem à pergunta correta, pois devem se perguntar “[...] sobre o resultado dessas operações e não sobre o funcionamento” (PIAGET, 1975, p.227).

3. O princípio da não-contradição e suas interpretações

São vários os modos como comumente se entende e se divide o princípio da não-contradição, pois ele se mostra e se diz de vários modos, como o “ser” aristotélico. Interessante, então, é fazermos uma divisão didática, para evitar confusões e organizar nosso raciocínio, o que pode também eventualmente nos ajudar a não cometer o equívoco de tomar uma coisa por outra, ou o igual por diferente. Esse recurso pode parecer, *prima facie*, autoritário e dogmático, mas esperamos que nos auxilie numa melhor exposição do princípio fundamental da metafísica, ou como é dito pelo estagirita (1005b17) “[...] o mais firme de todos.” (ARISTÓTELES, 2007, p.18)

Neste ponto, lancemos mão, então, do recurso de dividir os possíveis entendimentos do princípio da não-contradição (PNC) da seguinte maneira:⁸

1. lógico;
2. ontológico;
3. psicológico;
4. epistemológico.

Assim cabe observarmos a seguinte ressalva:

As discussões travadas em torno do princípio de contradição diferiram conforme se tenha acentuado o aspecto ontológico (e principalmente metafísico) ou o aspecto lógico e metalógico. Quando houve o domínio do lado ontológico, procurou-se sobretudo afirmar o princípio como expressão da estrutura constitutiva do real, ou negá-lo por supor-se que a própria realidade é “contraditória”. (MORA, 2000, p.572-573).

Como Mora observa, é o velho problema que, no início do texto, foi comentado, das escolas que crêem que existem contradições na realidade – hegelianos-marxistas – e aqueles estudiosos que o compreendem de uma maneira ontológica e lógica diversa, afirmando a impossibilidade de tal fato. Por enquanto, isso nos leva a deixar de lado os modos psicológicos e epistemológicos. Isso não é feito por uma falsa presunção de se pensar que essas duas formas – psicológicas e epistêmicas - são irrelevantes, ou, que se tratem de problemas de segunda ordem. Isso, verdadeiramente, não é o caso aqui. Isso porque o que queremos focar, neste instante, aproxima-se mais das análises lógicas e ontológicas e, também, por pensarmos que se aproximam mais do que estamos nos propondo a

⁸ Daqui para frente, o Princípio da Não-Contradição se seguirá como [PNC]. Cabe aqui, como uma observação relevante, notar que estamos dividindo o PNC em quatro tipos, neste caso, seguindo a interpretação dada por Ferrater Mora. Porém, temos também uma divisão clássica feita por Jan Lukasiewicz. Este divide o PNC em três possíveis formulações: i) ontológica; ii) lógica; e iii) psicológica. Para Lukasiewicz, o psicológico já abarcaria o epistemológico. Cf. LUKASIEWICZ, Jan. Sobre a lei da contradição em Aristóteles. In: **Sobre a metafísica de Aristóteles**: textos selecionados. São Paulo: Odysseus editora, 2005. (p.1-25).

analisar desde o início deste estudo. Essas duas formas – lógica e ontológica – parecem mostrar-se mais fundamentais e problemáticas em suas implicações e consequências filosóficas. Vamos analisar então como podemos compreender isso.

Lukaziewicz, em seu famoso estudo e análise da contradição em Aristóteles, distingue e fornece as três formulações básicas que, segundo Lukasiewicz, Aristóteles queria “demonstrar”. Tendo feito a ressalva de que o estagirita jamais enuncia explicitamente as diferenças entre as três formulações:

(a) Formulação ontológica: É impossível que o mesmo simultaneamente pertença e não pertença ao mesmo sob o mesmo aspecto. (b) Formulação lógica: O mais seguro de todos os princípios básicos é que asserções contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras. (c) Formulação psicológica: Não se pode crer que o mesmo [simultaneamente] seja e não seja. (LUKASIEWICZ, 2005, p.2).

Importante observarmos que, nas três formulações se usa a expressão simultaneamente. Essa simultaneidade entenda-se como uma “multiplicação lógica” sem a qual não seria possível compreender o PNC, e isso acaba por gerar outro estranhamento. O fato curioso que nasce disso, é que, na lógica clássica, não existe tempo.

A categoria da simultaneidade introduz, dentro da lógica, o problema do tempo, que não parece se coadunar com as teorias conservadoras da lógica moderna. Seguindo ainda as interpretações de Lukaziewicz, as três formulações acima citadas tratam cada uma de objetos diferentes, não podendo uma ser reduzida à outra. Isso significa que não há equivalência entre as respectivas formulações do PNC. Portanto, Aristóteles parece confundir as coisas neste ponto: “[...] parece que, para Aristóteles, a formulação lógica é logicamente de mesmo valor que (equivalente) a ontológica.” (LUKASIEWICZ, 2005, p.4). Disso, nasce um problema interessantíssimo na teoria ontológica aristotélica. A questão da verdade-falsidade de asserções. As asserções são sobre fatos objetivos para Aristóteles. O que dizer do bodecervo? Verdade ou falso? Todavia isso não é um problema, pois Aristóteles parece ter uma solução para isso. O ponto crítico se dá justamente em derivar

aparentes contradições com essas expressões vazias, como diria Russell. Voltaremos a esse ponto mais abaixo.

Gottlob Frege, no prólogo da obra *Leis básicas da aritmética*⁹, esclarece-nos um ponto que ele pensa ser fundamental: “Considero um sintoma seguro de erro que a lógica necessite da metafísica e da psicologia, ciências estas que precisam dos princípios da lógica.” (FREGE, 2005, p.33). Só para se ter uma ideia, podemos dizer que a teoria de Aristóteles, qual seja, a de fundar uma ciência do ente enquanto ente, ou como o próprio Aristóteles nos quer mostrar, tem seu foco em premissas apriorísticas, como as aparentemente defendidas por Frege. Pois, para o estagirita: “Há uma ciência que contempla o Ente enquanto ente e o que se lhe corresponde de si.” (ARISTÓTELES, 1998, p.150). e assim, não precisa apelar para as esferas nebulosas da psicologia e da epistemologia, como pressupõe Frege. Mas o reino da metafísica não são justamente as teoria que se querem mostrar *a priori*? E ao fim e ao cabo, não é a própria lógica fundada por leis metafísicas? Quine defendia a tese de que somente chama de “ontologia” o que se refere ao *a priori*. Se é sobre fatos que falamos, então isso é ciência e não ontologia.

A teoria de Frege, a sua aritmética, pode ser vista como uma teoria que não renega o PNC, e, em princípio, nunca poderá ser ele violado, pois, caso contrário, todo o sistema dedutivo matemático aritmético seria trivializado. Apesar de que, com o surgimento da lógica paraconsistente, isso começou a mudar um pouco de forma e feição. Tanto é assim, que Da Costa, em seu artigo, faz uma indagação: “É a (ontológica) lei da contradição universalmente válida?” (COSTA, 2002, p.279). Todavia, temos também a teoria de Meinong que relativiza esse princípio e, mais à frente, vamos ver como a lógica paraconsistente pode amenizar esse princípio tão fundamental, *quase* sagrado, como diria Newton da Costa, que, aparentemente, é inviolável em nível de nosso discurso científico e matemático *standart*. Atualmente abundam fatos contra a formulação do PNC em sentido forte. A física contemporânea, com seu *quantas* de energia, parece colocar em dúvida várias das convicções que tínhamos sobre a contradição.

⁹ Cf. o livro organizado por Celso Braidão: **Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong**. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.

Mas devemos nos lembrar sempre de não incorrerem no erro da generalidade e do enaltecimento da lógica como o único meio de se analisar e se encontrar as verdades. Antes de continuar, é interessante analisarmos como o princípio é formalizado, em sua maneira clássica, com o instrumental da lógica moderna. Exemplo de sua formalização é: $\neg(\alpha \wedge \neg \alpha)$ Podemos ler essa fórmula da seguinte forma: não é o caso, que alfa e não alfa sejam verdadeiros simultaneamente e no mesmo aspecto.

No entanto, se analisarmos pelo lado das duas formas de se enunciar o princípio da não-contradição, desde as formas lógicas (sintáticas), ou seja, na aparência da fórmula “ $(\alpha) \neg(\alpha \wedge \neg \alpha)$ ”, até apresentações semânticas de seu conteúdo, podemos chegar a resultados interessantes e conclusões um pouco diferentes. A forma semântica é descrita da seguinte maneira por Aristóteles (1005b19): “Assim, pois, tal princípio é evidentemente o mais firme de todos. Qual seja ele, vamos dizê-lo agora: é impossível, com efeito, que um mesmo atributo se dê e não se dê *simultaneamente* no mesmo sujeito e num mesmo sentido.” (ARISTÓTELES, 1998, p.166-167). Dessa primeira aproximação, por meio de uma definição semântica ontológica, podemos tirar um entendimento curioso. Esse seria o problema apontado por Simpson, que se coloca em franca oposição a este enunciado semântico: “Convém lembrar que este modo de formular o princípio leva a marca de uma limitação fatal, pois só é aplicável às proposições que atribuem um predicado a um sujeito”. (SIMPSON, 1979, p.191-192). Posição essa que Bertrand Russell também defende. Mais isso nos levaria a outros problemas que não vamos tratar aqui. Mas, somente para ilustrar com um exemplo, disso derivam construções do tipo como esta: “O rei da Argentina não é o rei da Argentina” que é uma sentença verdadeira, ainda que essa proposição aparente ser contraditória. Este tipo de problema nos leva direto aos problemas das categorias do filósofo estagirita, e de como ele compreendia isso dentro da concepção dos “opostos”. Para explicar isso vamos usar o seguinte exemplo:

No capítulo de *Categorias* dedicado ao estudo de “Os opostos”, Aristóteles considera as sentenças “Sócrates está são” e “Sócrates está enfermo”, assinalando que não é necessário que uma seja verdadeira e outra falsa. Sem dúvida que, se Sócrates existe, uma será verdadeira e a outra falsa; mas se

não existe, ambas serão falsas, porque nem “Sócrates está enfermo” nem “Sócrates está são” são verdadeiras se o próprio Sócrates não existe. (SIMPSON, 1979, p.197).

Isso nos leva diretamente aos problemas ontológicos que envolvem a linguagem, o significado das palavras e a lógica. Como podemos evitar que tais absurdos ocorram? Pois como é possível falarmos e afirmarmos coisas sobre algo que nem existência possuem? Como posso compreender as palavras “centauro” e “bodecervo” se eles nem existem. Se existem, qual tipo de existência é essa? Como forma de sair disso, Aristóteles tem a seguinte hipótese, descrita por Aubenque:

No *De interpretatione*, Aristóteles distingue com cuidado, precisamente entre o discurso em geral e este outro discurso suscetível de verdade e falsidade que é a asserção [...] O discurso em geral é significativo, não só em si mesmo, senão também em cada uma de suas partes, sejam estes verbos ou nomes. Mas a significação ainda não é um juízo, no sentido de que faz abstração da existência ou inexistência da coisa significada: assim, por mais que os verbos sejam significativos por si mesmos, «ainda não significam que uma coisa é ou não é». Dito de outra forma, a significação não tem alcance existencial por si mesma: podemos significar sem contradizer o fictício, precisamente porque a significação dos nomes não prejudica a existência ou inexistência das coisas, «bodecervo significa sem dúvida algo, mas não é todavia verdadeiro nem falso, a menos que se refira que é ou que não é». Nem todo enunciado significativo é necessariamente uma afirmação ou uma negação. (AUBENQUE, 1981, p.108).

Isso, naturalmente, mostra alguns fatos curiosos a respeito de nossa linguagem. Mas nem por isso resolve o problema em Aristóteles. Poderíamos indagar como saber se nosso discurso é verdadeiro ou não? Somente quando discorre sobre o que afirmamos ser existente ou não? Isso nos leva a nos comprometer somente com aquilo que afirmamos ser o caso, mas como afirmar coisas como “todo”, “nenhum”? Nestes casos, nosso discurso ficaria

bem limitado. Ou pior: *como podemos determinar qual é o domínio de “existentes” que uma determinada linguagem supõe?* Como ficaria a linguagem da física com seus átomos e quantas? E as teorias psicológicas?

Mas prestemos atenção a um fato curioso. Vou tentar explicitá-lo para ver se fica mais claro e inteligível. A tese de Aristóteles é genial pelo simples fato de dizer que só existe aquilo que digo que existe. Desse modo, posso fazer uma teoria de qualquer coisa que eu queira. Posso comprometer-me ontologicamente com os objetos mais estranhos, desde que não cometa o erro de burlar os três princípios básicos do pensamento. A teoria ontológica de Aristóteles nos dá total liberdade de construir uma teoria, na verdade qualquer teoria, desde que não nos desatentemos das três leis do pensamento. O único problema é que com teorias desse tipo, ou seja, teorias sobre os objetos mais absurdos ou abstratos possíveis, podemos desvincular-nos da realidade tão fortemente que não temos mais um critério de verdade.

¹⁰ Facilmente não temos mais como provar se a teoria é falsa ou verdadeira. Precisamos estar ancorados em uma estratégia que nos possibilite verificar se a teoria é ou não o caso de acontecer. Por isso, a verdade como correspondência é fundamental, porém, se tiver a correspondência uma ligação com a realidade empírica. Caso contrário, construiríamos mais castelos de cartas nas nuvens da especulação e não avançaríamos em nenhuma forma de

¹⁰ O problema da verdade como correspondência e da verdade como pragmática. Todo problema reside, parece, na análise da verdade. O próprio Aristóteles, o primeiro a dar uma definição de verdade, define tal critério da seguinte maneira: dizer daquilo que é, que é, e dizer daquilo que não é, que não é, é o verdadeiro, por outro lado, dizer daquilo que é, que não é, e daquilo que não é, que é, é o falso. É a famosa verdade como correspondência. Porém, hoje com as novas técnicas de estudo e de investigação lógica, como exemplo a definição de verdade efetuada por Tarski, isso nos coloca em uma local em que não se quer mais a verdade como uma ontologia absoluta do real, como queria Aristóteles, mas nos mostra que temos que nos restringir à uma campo de investigação do qual nossos resultados poderão ser utilizados mais proficuamente em determinado local de estudo. Esse é o caso de uma verdade pragmática, na qual se leva em consideração a consequência do resultado com o qual se alcance caso enfraquecermos algum princípio, como é o caso do princípio da não-contradição, que é enfraquecido nas lógicas paraconsistentes, tendo como mira uma eventual aplicação na tecnologia de ponta. Numa acepção técnica e formal de enfraquecimento do PNC.

conhecimento que enriquecesse a experiência humana em um sentido social e intersubjetivo.

Tudo isso mostra que a linguagem ordinária é tão forte, tão persuasiva, que a melhor coisa a se fazer quando queremos estudar algo com mais cuidado e rigor seja restringir a nossa linguagem natural em prol de uma artificial e que nos aponte uma saída menos rica em seres inexistentes ou como diria Meinong, subsistentes. Pois a linguagem natural é tão ampla, robusta e, ao mesmo tempo, tão repleta de ambiguidades, que precisamos, nesses casos, restringir o seu campo de uso e alcance.¹¹ Esse problema nos leva direto aos problemas das existências e subsistências de Meinong.

3.1. Meinong e sua teoria dos objetos

Se levarmos a tese forte de Aristóteles a sério, ou seja, que só é verdadeiro ou falso o que afirmamos existir, como podemos falar de objetos impossíveis? Mais radical ainda, como podemos pensar tais objetos? O fato de afirmarmos que tais “objetos” são consideramos em nossa teoria como não existentes realmente resolveriam o problema ou somente o deslocaria para outro local. Uma ontologia feita dessa forma não estaria perdendo algo importante?

Alexius Meinong é um pensador que acredita estarmos perdendo algo de valor caso abandonemos este tipo de investigação. É importante notar que Meinong procede em sua investigação filosófica, reabilitando os problemas psicológicos e

¹¹ Cf., CARNAP, Rudolf. **Empirismo, semântica e ontologia**. São Paulo, Abril Cultural, 1975. (Col. Os Pensadores). Cito Carnap: “[...] não é uma questão teórica mas ao contrário a questão prática de saber se aceitamos ou não aquelas formas linguísticas. [...] trata-se da decisão prática de aceitar certos sistemas de referência”. (CARNAP, 1975, p.131). Como muito bem é frisado pelo próprio Carnap, em seu conhecido princípio de tolerância, o qual afirma que podemos falar de qualquer coisa, desde que nós nos comprometamos em clarificar e especificar de que ponto, ou melhor, de qual ponto estamos falando, e atentar para qual o sentido que devem ser entendidas as nossas proposições. Pois a lógica, não possui, segundo Carnap, nenhuma moral e, assim, cada um pode construir a sua lógica, desde que indique suas determinações. Carnap conclui seu artigo com a famosa advertência, pedindo mais cuidado em nossos preconceitos cientificistas, pois estas podem nos levar a causar algum prejuízo teórico, logo “*Sejamos prudentes ao fazer asserções e tenhamos uma atitude crítica ao examiná-las, mas sejamos tolerantes ao permitir as formas linguísticas*”. (CARNAP, 1975, p.134).

epistemológicos, como tínhamos dividido acima. O projeto meinongiano, justamente por esse fato, é bastante desacreditado por muitos lógicos e por vários ontólogos de tradições contrárias às defendidas por Meinong. Mas Meinong tem um lema de trabalho bastante aberto e inovador, e escreve: “[...] o que importa, afinal, é o trabalho acabado e não a bandeira sob a qual ele foi realizado.” (MEINONG, 2005, p.94). Esta idéia, bate de frente com as de Frege, pois para Frege o psicologismo é sinal de erro e ilusão. No início deste ensaio, tínhamos a tese de trabalhar numa perspectiva metafísica, então Meinong é um autor que temos que respeitar e analisar com cuidado, observando o alcance das suas ideias. Mas o que Meinong entende por metafísica? A metafísica é entendida como, sem dúvida,

[...] a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos de conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada, mais precisamente, a tratá-lo como algo que não oferece ao conhecimento nenhum ponto de apreensão ou nenhum que seja digno de interesse. (MEINONG, 2005, p.96)

Para começar, temos o problema que vai diretamente em oposição à teoria ontológica aristotélica. Para Meinong, “Não há, então, nenhuma dúvida: o que deve ser objeto de conhecimento não tem nenhuma necessidade de existir.” (MEINONG, 2005, p.99). Mas em se tratando do PNC, como tratar esse princípio? Pois podemos pensar em “objetos” impossíveis, como a montanha de ouro. Por outro lado, existem objetos que são contraditórios com seu *Sosein*, ou, como afirma Meinong, impossíveis.

Para que fique mais claro, vamos analisar as teses que Meinong crê serem corretas para se ter uma teoria plausível dos “objetos”:

- i) certos objetos que não existem tem certas propriedades;
- ii) há objetos reais que não existem.

Contudo, por uma *façon de parler*, isso não deriva construções teóricas, em princípio, contraditórias. Para Meinong, as coisas aconteceriam mais ou menos dessa forma: objetos possíveis, diferentemente de objetos impossíveis, têm *Soseins* não-contraditórios. Montanhas de ouro, por exemplo, embora não tenham nenhum tipo de ser, podem ser objetos possíveis; pois, o *Sosein* de uma montanha de ouro necessariamente não obstrui seu *Sein*. Mas, algumas montanhas de ouro são objetos impossíveis – por exemplo, aqueles que são tanto dourados quanto não-dourados, e aquelas que são tanto redondas quanto quadradas. Um objeto impossível é, pois, um objeto com um *Sosein* contraditório – um *Sosein* que obstrui o *Sein* de seu objeto.

Porém, Meinong defende objetos que não respeitam a lei do PNC. Ele defende a tese da circularidade e quadracidade de um quadrado redondo. É necessário que um quadrado redondo seja redondo e quadrado. Todavia, Meinong não pode ser acusado de criar objetos desnecessários ou subsistentes. Ele estava preocupado em fazer uma teoria que pudesse dar conta desses “seres”, como os objetos da matemática, que não possuem qualquer tipo de realidade. Na verdade, Meinong se preocupou com coisas que têm um tipo de ser diferente de existência e subsistência. O ponto de Meinong é que eles não têm absolutamente nenhum tipo de ser. Eles são “objetos apátridas”, nem mesmo encontráveis no céu de Platão.

Para resumir, a doutrina de Meinong é muito boa para explicar fenômenos intencionais (psicológicos). O seu alcance teórico explica e descreve muito bem o funcionamento dos erros que cometeríamos se usássemos uma lógica do real e do falso, ou querer enquadrar fenômenos psíquicos, dentro de uma explicação matemática ou física. Ele propõe, assim, a ideia de que, para explicar fenômenos intencionais, devemos mudar a tradicional explicação dada somente pelos fatos “reais”. Devemos observar que há também coisas possíveis dadas pelo “imaginário”. Pois o problema que aqui Meinong poderia colocar é o seguinte: como posso ter medo de coisas que não existem? Isso explica muito bem os distúrbios esquizofrênicos, neuróticos, com os quais a matemática nem sonharia pensar nem resolvê-los.

Vamos tomar a seguinte figura para explicar isso: uma pessoa tem distúrbios que a fazem acreditar que é perseguida por três pessoas. Como uma lógica bivalente daria conta em casos como

esses? Ou pior, uma lógica que só dá valor a objetos existentes empiricamente. A lógica de Meinong é muito boa para esses tipos de casos de distúrbios psíquicos e também para entendermos melhor a nossa própria psiquê. É de se notar que há objetos que não existem, mas que nos perturbam e enlouquecem com se existissem.

4. Excurso: a aranha e a mosca ou sobre os mundos paralelos

A metáfora não é uma boa explicação para a elucidação de termos e conceitos. Sabemos hoje da suas limitações teórica, mas, ainda assim, vamos usá-la. Todavia, vamos lançar mão desse recurso para ilustrar um problema que a metáfora pode nos ilustrar muito bem. Que é um problema metafísico dos mais íntimos a se compreender. A metáfora é wittgensteiniana:

Se retornarmos, chegados a este ponto, a imagem de Wittgenstein da mosca presa na campânula, poderíamos dizer que o pensamento contemporâneo terminou reconhecendo a inevitabilidade, para a mosca, da campânula em que está presa. A preexistência e a anonimia da função significante constitui o pressuposto que antecipa já sempre ao homem falante e com respeito ao qual não parece haver saída. Os homens estão condenados a entenderem-se na linguagem. Mas novamente, aquilo que deste modo se deixa de lado é justamente o projeto original que havia sido confiado àquela imagem: a possibilidade da mosca fora da campânula. A tarefa da filosofia deve, portanto, ser retomada exatamente no ponto no qual o pensamento contemporâneo parece tê-la abandonado. Se é verdade, de fato, que a mosca deve começar antes de tudo por ver a campânula em que está fechada: o que pode significar tal visão? O que significa ver e expor os limites da linguagem? (A campânula não é, de fato, para a mosca uma coisa, senão aquilo através do qual vê as coisas). É possível um discurso que, sem ser uma metalinguagem e afundar no indizível, diga a linguagem mesma e exponha seus limites? (AGAMBEN, 2008, p.35-36).

Realmente, continuamos presos a uma imagem. Porém, há o inconveniente de voltarmos ao mundo metafísico em seu caráter obscuro, pois com a introdução do vôo da mosca para fora, da visão

de fora da campânula para dentro, temos primeiro que sair e ver, para daí voltar e dizer aos outros o que vimos, mas isso é nada mais nada menos do que a velha metáfora da caverna de Platão (mas podemos nos esquecer que tudo isso – o vôo para fora – depende da língua apreendida enquanto fenômeno de regras públicas dentro da garrafa, pois, caso contrário, estaríamos voltando ao quarto visual, este, no qual, somente *Eu* (indivíduo solipsista) teria acesso às suas imagens, ou seja, reintroduziria a linguagem privada, o que impossibilitaria a comunicação). A saída da campânula já pressupõe o uso da gramática, pois, caso contrário, nem saberia que estava preso na campânula. Por isso, “A ilusão é a tentativa de corrigir nossa forma normal de expressão colocando-se fora dela. Mas o que está fora da linguagem é a ocultação metafísica.” (HEBECHE, 2002, p.215). Até pode fazer sentido essa experiência, mas ao preço de reintroduzir a indizibilidade da experiência. Mas o que ganhamos com isso? Não perderíamos assim a própria possibilidade da experiência?

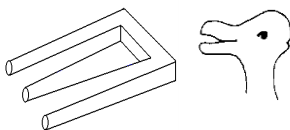
Aqui faz todo sentido a noção heideggeriana de possuímos um mundo, o animal pobre de mundo e a pedra sem mundo, isso porque o homem [*zôon logon ekhon*] é o ser capaz da linguagem, única capaz de fazer e desfazer o mundo em que vive. Se a imagem mística for uma confusão de coisas e um embaralhamento de imagens, não se escapou dos usos da linguagem, pois tudo o que sabemos e conhecemos são efetuados pelos seus usos na gramática. Com isso não se pode afirmar que tal “experiência” seja impossível, mas apenas que não há nenhum ganho conceitual com tal fenômeno, diríamos apenas tratar-se de mais um tipo de doença mental que atrapalha o pensamento saudável, ou de se tratar de consequências de uso de alguma substância que altera as percepções. O erro se produz por pensarmos que as palavras se referem à alguma coisa, um objeto ou a estados de coisas, ao modo da teoria agostiniana da linguagem. Como acima foi dito, a essência se diz na e pela gramática.

Talvez, essa ideia faça sentido na teoria que von Uexküll propõe, a ideia de “uma infinita variedade de mundo perceptivos, todos igualmente perfeitos e conectados entre si como em uma gigantesca partitura musical e, apesar disso, incomunicáveis e

reciprocamente excludentes.”¹² Essa forma de compreender o mundo pode ser uma alternativa ao modelo antimetafísico.

O exemplo usado pelo biólogo alemão para ilustrar isso é o fato da teia de aranha e da mosca. A mosca não consegue ver a teia da aranha, a aranha constrói um mundo no qual a mosca não tem acesso, a mosca é um pobre vivente que cai nas malhas da aranha metafísica, justamente pela incomunicabilidade dos mundos. A linguagem dessa forma talvez seja a invenção de um ser ardiloso, para que ficássemos presos aos seus fios, sofrendo com o medo da morte sempre por antecipação e fugindo do tédio, pulando de coisa em coisa, de mercadoria em mercadoria, de dívida em dívida para preencher o vazio causado pelo mundo em nós e pela invisibilidade de seus fios. Sacrificamo-nos pela busca de sentido de um mundo que nos seduz, promete-nos, mas que nunca temos a certeza de ver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



É o fim da ilusão? Mas como explicar tais imagens? Tais figuras não ferem o Princípio da não-contradição? As imagens não seriam e seriam ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto?

Podemos dizer que não é possível vê-las, de modo que as figuras se apresentem das duas perspectivas ao observador ao mesmo tempo – simultaneamente –. Tudo se passa como se os objetos fossem e não fossem o que são, apesar de que cada um deles se dê com uma leve mudança de perspectiva e se transforme simultaneamente em outra. Parece que nesse caso, Wittgenstein tem razão, nossa linguagem nos leva ao encobrimento e, assim, a ilusão. Logo, os mal-entendidos linguísticos se instalam em nossas cabeças filosóficas sem termos um modo de nos desvencilharmos e nos protegermos deles, e talvez isso mostre que não somos tão perfeitos como gostaríamos que fôssemos. Mais ainda não é possível vê-las

¹² AGAMBEN, Giorgio. **Lo abierto**: lo hombre y el animal. 2. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007. (p.80).

simultaneamente, o que mostra que o Princípio da Não-Contradição tem relações fortes com o pensamento, a linguagem e o mundo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *La potencia del pensamiento: ensayos y conferencias*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008.
- _____. *Lo abierto: lo hombre y el animal*. 2. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1998. [Trad. Valentín García Yebra].
- _____. *Metafísica*. Livro IV e VI (GAMMA). Campinas: IFCH/Unicamp, 2007. [Trad. Lucas Angioni].
- AUBENQUE, Pierre. *El problema del ser em Aristóteles*. Madrid: Taurus ediciones, 1981.
- BRAIDA, Celso Reni. *Ensaio semânticos*. Florianópolis, Rocca Brayde Edições, 2009.
- CARNAP, Rudolf. *Empirismo, semântica e ontologia*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. (Col. Os Pensadores).
- CHATEUABRIAND, Oswaldo. Lógica, ontologia e epistemologia. In: IMAGUIRE, Guido; ALMEIDA, Custódio Luís S. de; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; (Orgs.). *Metafísica contemporânea*. Petrópolis: ed. Vozes, 2007.
- COSTA, Newton Carneiro Afonso da. *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. 2.ed. São Paulo: ed. Hucitec, 1994.
- _____. Logic and ontology. In: *Principia: revista internacional de epistemologia*. Florianópolis: ed. UFSC, 2002, v.6, n.2, dez., 2002.
- FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob. *Prólogo às Leis básicas da Aritmética*. In: Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.
- HEBECHE, Luiz. *O mundo da consciência: ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- LUKASIEWICZ, Jan. Sobre a lei da contradição em Aristóteles. In: ZINGANO, Marco. *Sobre a metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus editora, 2005.
- MEINONG, Alexius. *Sobre a teoria do objeto*. In: Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (Tomo I e III).

MORRIS, Charles. O falar e o agir humano. In: GADAMER, H.-G; VOGLET, P. *Nova antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultural*. São Paulo: ed. E.P.U/EDUSP, 1977. (v.7).

PIAGET, Jean. *Sabedoria e ilusões da filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: editora Unesp, 2005.

SIMPSON, Thomas Moro. *Linguagem, realidade e significado*. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1979.

Submetido: 27/07/2016

Aprovado: 10/08/2018

